



Mulheres de luta

Mulheres que têm seus caminhos atravessados por falhas no sistema de Segurança Pública contam suas histórias de resistência. **PÁGINAS 8 E 9**

Mobilidade urbana precária: os diversos problemas encarados pela população do Rio de Janeiro

PÁGINA 4 E 5

Maré tem mais um Boletim sobre Segurança Pública publicado. Os dados bateram recorde em violações de direitos

PÁGINA 6

Há 10 anos, grupo de amigos se reuniu por uma causa em comum: a *black music*

PÁGINA 14

Delícia regularizada

Prefeitura, por decreto, estabelece normas, principalmente em cuidados com higiene e manipulação de comidas e utensílios, para a venda de churrasquinho de rua. O comércio ambulante na cidade é previsto em Lei desde 1992 e a venda de churrasquinho desde 2015. Saiba o que muda.

PÁGINA 3



DOUGLAS LOPES



Caso Vitor Santiago

Sentimento de impunidade: Tribunal militar absolve o cabo que atirou no carro de moradores em 2015. Um deles é Vitor Santiago, jovem que teve a sua vida atravessada pela ocupação militar na Maré.

PÁGINAS 12 E 13

EDITORIAL

Março é o mês que marca a importância da mulher e a luta feminina por direitos. Entretanto, devemos exaltar a mulher não apenas no dia 8 de março, mas todos os dias. Desta forma, é importante destacar o papel da mulher como linha de frente em mobilizações de direitos humanos, observando quantas delas lutam diariamente pelos direitos de filhos, irmãos, companheiros e companheiras que são vítimas de violências do Estado. Além disso, excluindo casos de letalidade, que atingem majoritariamente o público masculino, 58% das pessoas vítimas de violações de direitos na favela da Maré são mulheres. Os artigos de Andreza Jorge, da Casa das Mulheres, e de Jessica Pires, jornalista do Maré de Notícias, nos fazem perceber quais espaços a mulher negra, favelada e periférica - seja ela cis ou trans - vem ocupando na sociedade e que tipos de disputas elas enfrentam diariamente, não apenas no mercado de trabalho, mas também em relações interpessoais.

É preciso lembrar que as mulheres estão diante de diversas lutas diárias, acumulam funções, mas não podemos nos esquecer que também merecem ser cuidadas. Mulheres negras, faveladas e periféricas se privam de afeto por colocar casa, família e trabalho - que também são importantes - em primeiro plano, deixando de lado saúde física e mental. Se permitam colocar em primeiro plano, ser cuidadas, receber elogios e carinho daqueles que as cercam. A sua luta diária é importante, mas você também é.

Junto desta Edição, segue um resumo do 4º Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, apresentando alguns dados de violações de direitos fundamentais, observando qual o impacto da violência armada no cotidiano dos moradores da Maré. Em 2019, aconteceram 39 operações policiais, acarretando 34 mortes, 24 dias de atividades escolares suspensas e 25 dias sem funcionamento nas unidades de saúde.

Nessa Edição, aproveitamos para começar uma série de matérias sobre mobilidade urbana. Em pesquisa recente realizada por um aplicativo de mobilidade, verificou-se que a população do Rio de Janeiro é a que mais gasta tempo com deslocamento. Frotas sem refrigeração, extinção e redução de linhas também são problemas na rotina do carioca, principalmente daqueles que moram nas favelas e periferias. A ideia com a série, e em particular com essa primeira matéria, é entender como os mareenses deslocam-se pela cidade e perceber quais dificuldades enfrentam.

No mais, confirmam as nossas redes sociais e o nosso portal, que têm conteúdos que não vão para o Jornal e algumas matérias completas. Entrem em contato conosco e enviem sugestões de pauta. Aproveitem a leitura!

Siga a **redes da maré** nas Redes Sociais

-  www.facebook.com/redesdamare
-  www.instagram.com/redesdamare
-  www.twitter.com/redesdamare
-  www.redesdamare.org.br

e fique por dentro das novidades!

CHARGE - RIBS



HUMOR

O filho estava no sofá, com a cara de desanimado. O pai pergunta o que está acontecendo. Ele responde que está com vontade de fazer o que o peixe gosta. O pai não entende e questiona o que significa. Na lata o filho responde: NADA!

Um cliente reclama que o seu frango está mal passado. O garçom não entende e pergunta como ele sabe disso se ainda não experimentou a comida. O cliente responde: É que o frango comeu toda a minha salada.

O médico pergunta o motivo de o doente não ter vindo no dia marcado. Ele responde na chincha: Não gosto de dar trabalho, não vim porque estava doente.

ENVIE SUA POESIA, FOTO, RECEITA OU PIADA. ESTE ESPAÇO É SEU!
comunicação@redesdamare.org.br

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

da **redes da maré**

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
Telefones: (21) 3105-5531 / 3104.3276
www.redesdamare.org.br
comunicao@redesdamare.org.br

PARCERIA:

actionaid

UMA INICIATIVA:
Redes de Desenvolvimento da Maré

DIRETORIA:
Alberto Aleixo
Andréia Martins
Eliana Sousa Silva
Edson Diniz
Helena Edir

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO:
Daniele Moura

APOIO:
16 Associações de Moradores da Maré
Observatório de Favelas
Conexão G
Luta pela Paz
Vida Real

EDITORA EXECUTIVA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Daniele Moura
(Mtb 24422/RJ)

EDITORA
Andressa Cabral

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Hélio Euclides
(Mtb 29919/RJ)

Jéssica Pires
Flávia Veloso
Matheus Affonso

FOTÓGRAFO
Douglas Lopes

REVISORA
Elizete Munhoz

PROJETO GRÁFICO
Móruła_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO
Filipe Almeida

IMPRESSÃO
Parque Gráfico do O Globo

TIRAGEM
50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

GARANTA O SEU JORNAL!

O **MARÉ DE NOTÍCIAS** chega todos os meses na maioria das residências das nossas favelas. Caso não chegue na sua, é só ir buscar na Associação de Moradores da sua comunidade. É gratuito. Leia também notícias fresquinhas do nosso bairro em www.mareonline.com.br

 @redesdamare  @redesdamare  @redesdamare

Novas regras para o churrasquinho de rua

Decreto cria regras para a venda de churrasquinhos e garantir algumas normas sanitárias. Mas tem comerciante insatisfeito

FLÁVIA VELOSO

Assinado em janeiro de 2020 pelo atual prefeito do Rio, Marcelo Crivella, o Decreto nº 47.084 estabelece normas regulatórias para a venda de churrasquinhos de rua, principalmente em cuidados com higiene e manipulação de comidas e utensílios. A autorização de comércio ambulante no município é prevista em Lei desde 1992 e a venda de churrasquinhos em calçadas é considerada profissão desde 2015. Embora a regulamentação valha, em teoria, para toda a cidade, o desafio será aplicar essas regras nas favelas, já que não há nenhum acompanhamento da Prefeitura, como acontece em outras partes do município.

Qualidade que não deixa a desejar

Luciana Ribeiro dos Santos e seu esposo Jailson Jovêncio, que trabalham vendendo churrasquinhos há mais de dois anos na esquina da Rua B1 com a Rua B8, na Vila dos Pinheiros, nunca precisaram de autorização para trabalhar. Sempre trabalharam na rua e nunca tiveram qualquer diálogo ou regras para cumprir, a partir de órgãos da Prefeitura.

“Eu trabalhava em outro lugar, mas resolvi sair. Com o dinheiro que recebi da rescisão do meu outro trabalho, comprei essa carrocinha. Fui muito insistente para que desse certo. Eu abria todos os dias e trabalhava até de

madrugada. O pessoal foi conhecendo meu serviço, fui fazendo clientes, e aí consegui diminuir o ritmo. Então, hoje, trabalho de terça a sábado”, contou Luciana, que sustenta dois filhos e paga o aluguel onde mora a partir da renda que ela e o marido tiram da venda de churrasquinho e de seu famoso baião de dois.

Mesmo sem qualquer alvará de funcionamento, Luciana diz que não descuida das regras de higiene do local, mantendo seus produtos bem-guardados e manuseados. Mas se a regulamentação fosse aplicada no comércio dentro das favelas da Maré, provavelmente, ela teria de abrir mão de alguns serviços e produtos que oferece.

Na pista é outra história

Francisca Val trabalha na esquina da Avenida Presidente Vargas com a Rua Miguel Couto, há 20 anos. A cearense, moradora do Morro da Conceição, no Centro, há 25 anos, acredita que o Decreto de regulamentação do churrasquinho de rua é algo positivo. Ela começou a adaptar seu trabalho às novas normas: “Já li todo o Decreto, fiz o curso com a Vigilância Sanitária exigido pela Prefeitura e só estou esperando o Carnaval passar para que eu traga a nova barraca e comece a trabalhar conforme a regulamentação, com luvas, touca e todas as regras de higienização e armazenamento de alimento



O Decreto prevê os tipos de alimentos permitidos e cuidados necessários para comercialização

necessárias.”

Val tentou, por 10 anos, conseguir sua licença para vender churrasquinhos na calçada. Os anos sem autorização fizeram com que a Guarda Municipal levasse sua carrocinha e seus materiais duas vezes, o que gerou prejuízos de milhares de reais para a comerciante. Ela espera que agora - autorizada a vender e regularizada de acordo com as normas sanitárias da Secretaria Mu-

nicipal de Saúde - seu negócio tenha segurança e não seja tirado dela novamente.

O medo de Val não é infundado. O Decreto considera que a autorização do uso de espaço público pode ser revogada a qualquer momento, mesmo pagando corretamente uma taxa anual para que seu comércio funcione normalmente. Isso gera uma preocupação grande por ser a sua única fonte de renda.

O Decreto diz que serão necessárias:

- aprovação no curso de noções básicas de higiene para manipuladores de alimentos, a ser ministrado pela Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses - da Secretaria Municipal de Saúde - SMS;
- prévia autorização da Prefeitura;
- utilização de uma churrasqueira, dois tabuleiros, dois recipientes isotérmicos, um recipiente para coleta de lixo que deverão ser acomodados em área máxima total de 4 m².

O Decreto também proíbe:

- utilização de mesas e cadeiras;
- venda de bebidas alcoólicas e alimentos que não correspondem ao churrasquinho (espetinho de carne, linguíça, salsichão, queijo coalho ou frango);
- venda em espaços com largura livre inferior a 4,5 metros, e que preserve, no mínimo, 2,5 metros de faixa de pedestre;
- vendas a menos de 100 metros de lanchonetes, bares, restaurantes e estabelecimentos similares.



Mais informações: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=305374> (Lei de 2015, autorizando venda de churrasquinho);

http://smaonline.rio.rj.gov.br/legisconsulta/60309DECRETO%20RIO%2047084_2020.pdf (Decreto de regulamentação)



Francisca Val vende churrasquinhos no Centro há 20 anos e vê a regulamentação como positiva

Os sintomas da imobilidade urbana

Introduzindo uma série de matérias sobre “mobilidade urbana” no Rio de Janeiro e no Conjunto de Favelas da Maré, o Jornal Maré de Notícias apresenta os principais problemas enfrentados pelos moradores, para transitar na cidade

FLÁVIA VELOSO

A Lei brasileira entende como *mobilidade urbana* o deslocamento de pessoas e cargas em um espaço urbano. De acordo com a Lei da Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012), para que os municípios brasileiros alcancem o ideal em termos de mobilidade, é necessária uma série de medidas que não visam, somente, ao ir e vir. São colocadas, em pauta, a qualidade da acessibilidade, questões ambientais, segurança, planejamento, para melhor locomoção e, ainda, muitos outros fatores que têm o objetivo de garantir o bem-estar do cidadão. A partir desta compreensão, é que vemos como o município do Rio de Janeiro ainda está muito distante de ser uma cidade em que a mobilidade urbana seja prioridade.

Os sinais da falta de mobilidade no Rio de Janeiro podem ser vistos, inclusive, em números. Uma pesquisa realizada pelo aplicativo Moovit - plataforma sobre mobilidade urbana que oferece informações dos transportes públicos da cidade - apontou que o carioca é quem mais gasta tempo dentro do transporte público. Na Região Metropolitana do Rio, uma pessoa passa, em média, 67 minutos (mais de uma hora) numa condução, para chegar ao local de destino.

E antes fosse somente o tempo gasto dentro dos transportes. É recorrente que o carioca reclame - e com razão - de outros pro-

DOUGLAS LOPES



Segundo a 1ª Mostra de Mobilidade na Maré (2015), metade da população da Maré gasta entre 30 minutos a 1h no trânsito diariamente

blemas, como a falta de higienização dos ônibus, linhas extintas ou reduzidas e sem climatização e tudo isso quando se promete, desde 2012, que 100% da frota estariam com ar-condicionado. Desde então, a tarifa já foi aumentada cinco vezes e é a 8ª mais cara dentre as 26 capitais do País, mas a cidade não tem mais que 75% da frota climatizada.

Menos opções de ônibus

Karolina Paulino é moradora da Vila do João e trabalha de segunda a sexta-feira na Barra da Tijuca. Para chegar ao trabalho, Karolina pega o ônibus 315, na Avenida Brasil, pela manhã. Mesmo vindo cheio, ela conta que o transporte passa em intervalos de 10 minutos, quando então consegue pegá-lo com facilidade. O proble-

ma maior, na verdade, é na hora de voltar para casa, que os intervalos chegam a meia hora e, às vezes, os motoristas nem param, pois os ônibus já estão lotados.

Um levantamento feito pelo Jornal *O Globo* mostrou que mais de 1.200 ônibus foram tirados de circulação do município do Rio de Janeiro nos últimos anos. Algumas das linhas extintas passavam em partes das favelas da Maré, como as linhas 955 e 957, que iam até a Barra da Tijuca, e serviam como opção para Karolina, que poderia fazer o caminho de ida e volta do trabalho para sua casa com mais conforto e sem esperar tanto tempo.

No caso das favelas da Maré, além das linhas que não existem mais, há também os ônibus que tiveram seus trajetos diminuídos e

não circulam pela região, que tem uma população de 140 mil habitantes. Na realidade, a situação ficou bastante crítica, já que os moradores tiveram seus acessos dificultados em locais como Centro, Zona Sul e Baixada Fluminense. E pensar que as favelas da Maré estão localizadas entre as principais vias de acesso à cidade do Rio de Janeiro - Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela!

A Secretaria Municipal de Transportes (SMTR) justifica a redução da frota pela fato de haver muitas irregularidades com os carros em circulação, além da baixa procura dos usuários. De acordo com a SMTR, sua equipe faz constantes fiscalizações em terminais, garagens e ruas, para verificar as condições dos carros e se os contratos estão sendo cumpridos.



DOUGLAS LOPES

Lorryne Gomes relata dificuldades para deslocamento em transportes coletivos e passarelas

Acessibilidade dificultada

Com um filho de 13 anos, Isaac, que necessita de cadeira de rodas para se locomover, **Lorryne Gomes**, moradora da Vila do João, já desistiu de tentar transitar pela cidade de ônibus, metrô ou trem. Ela não consegue trabalhar fora de casa, pois a demanda para cuidar do filho é muito grande. Ela tem sobrevivido com uma ajuda de custo do Estado. Boa parte desse auxílio vai para pagar carros particulares para levar o filho a consultas médicas e exames. Para conseguir sair da Vila do João para outros bairros, ela e o filho precisam enfrentar calçadas estreitas, sem rampas, cheias de barreiras e até quebradas. Passados esses obstáculos, ainda tem de contar com a “sorte” de pegar ônibus com elevadores adaptados para cadeiras de rodas que funcionem e motoristas que saibam operar o maquinário.

A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia (SMDT) não tem, nas suas funções, nenhum poder de fiscalização do funcionamento dos elevadores ou da operacionalização feita pelos condutores. Seu trabalho é buscar parcerias para promover campanhas de

conscientização, como foi o caso da “Rio + Acessível”, que realizou com a Secretaria Municipal de Transportes. Em 2019, foram feitas *blitzes* em vários pontos da cidade, para fiscalizar se os carros estavam com seus elevadores em pleno funcionamento.

Outro problema enfrentado por Lorryne para se movimentar com seu filho na cidade é quando precisa usar a passarela para acessar o outro lado da Avenida Brasil. A passagem que fica mais próxima da sua residência é de ferro e madeira e só tem degraus. Esta era para ser provisória, mas já dura quase 10 anos, inclusive o assunto foi pauta do Jornal Maré de Notícias nos anos de 2011 e 2012. [Para ler, acesse o www.mareonline.com.br]

O que você paga dá conta?

“O valor das passagens de ônibus são direcionados aos custos e investimentos em operação, compra e manutenção de carros e garagens, pagamento de pessoal, combustíveis, entre outras coisas”, explica **Rosângela Luft**, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os gastos com manuten-

ção e melhorias de ruas e calçadas são de responsabilidade do poder público, então, o valor da tarifa não entra nessa conta.

É previsto no contrato de concessão entre as empresas de ônibus e a Prefeitura que o dinheiro arrecadado das passagens de ônibus cubra integralmente os gastos com a frota, mas essa é uma conta que o carioca desconhece. As empresas de ônibus não disponibilizam suas contas ao público, o que dificulta saber como os recursos são utilizados para o serviço de transporte, que é um dos direitos de toda a população. Essa questão, sobre o valor justo a ser pago por uma passagem, é um dos muitos temas levantados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Ônibus, que tem como responsabilidade garantir a transparência na gestão das empresas que controlam as linhas no município.

Soluções para “desafogar” o tráfego

Rosângela Luft lista diversos caminhos para melhorar a situação dos transportes. Ela começa citando a restrição para o uso de veículos individuais, o que reduziria espaços para estacionamento. Poderia ser feito a partir da cobrança de taxas para uso em determinados locais, dias e horários, por exemplo. Rosângela ainda abor-

da uma questão bem mais complexa, que são as centralizações de áreas econômicas em determinados lugares do Rio. Para ela, as atividades econômicas, residenciais e sociais devem ser distribuídas por toda a cidade, diminuindo a necessidade de longos deslocamentos.

Outro ponto abordado pela professora é o de integração de meios de transporte e de tarifas, uma solução partilhada por **Jailson de Souza e Silva**, professor universitário aposentado, fundador do Observatório de Favelas e do IMJA (Instituto Maria e João Aleixo). Em entrevista ao Maré de Notícias, em dezembro de 2016, Jailson aponta, como possíveis medidas para melhorar a situação do transporte urbano no Rio de Janeiro, a expansão das linhas de metrô, sua integração com os trens e investimentos em ciclovias e nas barcas: “O direito à mobilidade não é uma preocupação dos governantes. Seria fundamental estudar possibilidades para o estado: o metrô para Itaboraí e adjacências, o modal alternativo que seriam as ciclovias, as hidrovias, como uma barca de São Gonçalo à Praça XV. E por fim, a transformação dos trens em metrô e, nesse segmento, criar mais linhas de metrô por superfície.”



DOUGLAS LOPES

Passarelas da Avenida Brasil, que há pelo menos 10 anos são provisórias, dificultam acessibilidade

2019: maior letalidade em operações policiais

Violações de direitos e 300 horas de operações policiais marcam lançamento de dados sobre violência armada nas 16 favelas da Maré em 2019



DOUGLAS LOPES

Pesquisadores constataram que, em 2019, a cada nove dias aconteceu uma operação policial na Maré, suspendendo quase um mês letivo

JÉSSICA PIRES E DANI MOURA

O lançamento da 4ª edição do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré reuniu cerca de 100 pessoas na tarde de 14 de março no Centro de Artes da Maré, para apresentação e análise dos dados sobre violência armada na região em 2019.

Os dados coletados e apresentados pelo projeto “De Olho na Maré”, do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, revelam que os moradores da Maré viveram cerca de 300 horas de operações policiais, o que re-

presentou uma operação a cada 9 dias. Foram 49 mortes, num aumento de mais de 100% em relação a 2018 (34 em decorrência de ação policial e 15 por ação dos grupos armados) e 45 feridos por arma de fogo na região em 2019. O relatório traz dados e análises dos impactos da violência armada nas 16 favelas da Maré durante o ano de 2019.

O caráter racista das mortes foi evidenciado na fala dos debatedores presentes: Aline Maia, coordenadora do eixo de Direito à Vida e Segurança Pública do Ob-

servatório de Favelas; Pedro Abramovay, diretor regional da Fundação Open Society para a América Latina e Caribe; Vitor Santiago, morador da Maré alvejado por agentes das Forças Armadas em fevereiro de 2015 e **Camila Barros**, coordenadora do projeto “De olho na Maré”, da Redes da Maré. “Falar da mulher, sobretudo da mãe favelada, é muito emblemático. Os dados quantitativos falam sobre os jovens negros que mais morrem, mas os qualitativos evidenciam a presença das mulheres que estão próximas nesse momento de luto”, observou Camila.

O debate aconteceu entre moradores, ativistas dos direitos humanos, comunicadores e organizações locais sobre os dados monitorados no ano de 2019 pelo projeto, que revelam que a saúde e a educação dos que residem e trabalham na Maré também foram diretamente afetadas pela violência armada. Foram 24 dias sem aulas nas escolas da região, totalizando 12% dos dias letivos perdidos e 25 dias sem atendimento médico nas unidades básicas de saúde estimando-

-se que 15.000 atendimentos não foram realizados por causa das operações.

Desde 2016, quando o monitoramento dos dados começou a ser feito, foi identificado que as incursões suspendem os direitos básicos dos moradores e faz uso de grande aparato bélico. Para a coordenadora do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, **Lidiane Malanquini**, o Boletim surge da ausência de dados que contemplem o impacto das operações policiais na Maré. Para ela, o dado que mais chama a atenção é o recorde de 34 mortes praticadas por agentes do Estado em 2019, sendo 100% pretos e pardos, demonstrando que a política de Segurança Pública do Rio de Janeiro tem alvo seletivo e atua para reforçar o racismo estrutural da sociedade brasileira, atingindo sobretudo jovens negros das favelas e periferias. “O Boletim surge para construir novos parâmetros de avaliação pensando como isso impacta no cotidiano de quem mora e está na Maré. Historicamente, os indicadores de sucesso de uma operação policial são medidos pelo número de pessoas presas, apreensão de drogas e armas. A produção de dados e narrativas de quem sofre os impactos severos desta política de segurança que não preserva a vida, fecha escolas, postos de saúde e limita tantos outros direitos, é fundamental para pensarmos como as políticas públicas podem se estruturar a partir das necessidades e das demandas locais”, destacou Lidiane.



DOUGLAS LOPES

Lançamento contou com presença de especialistas em Segurança Pública e sociedade civil

Confira a íntegra da 4ª edição do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré com os dados completos: www.redesdamare.org.br e nesta edição um resumo especial sobre o levantamento.

Da Maré para o mundo

“Garotas da Maré”, página de comunicação tocada por duas mulheres da Maré, aborda temas da atualidade com muita informação e clareza

FLÁVIA VELOSO

Política, feminismo, cultura, entretenimento, atualidades, história... O perfil no Instagram das “Garotas da Maré” tem como objetivo atingir o público - principalmente o feminino - com informação, embasamento, clareza e leveza na escrita: um papo de mulher para mulher. Com cerca de quatro meses de atividade, suas criadoras e administradoras, as irmãs **Simone Lauar** e **Anna Cláudia Neves**, moradoras do Salsa & Merengue, no Conjunto de Favelas da Maré, selecionam diariamente conteúdos informativos que “conversam” com o que está acontecendo no momento e colocam leitores e leitoras para refletir sobre os acontecimentos e a sociedade de modo geral.

Simone relata que faltava algo na comunicação que retratasse as favelas da Maré além das questões da Segurança Pública: “As coisas que eu mais vejo sobre a Maré nos veículos de comunicação abordam apenas tiroteio e morte, e acabam associando a gente a só isso. Eu queria fazer algo que fugisse disso e, ainda assim, falasse do território. Aqui dentro tem cultura, informação e outros assuntos que não somente a violência. E o conteúdo da gente não deixa de ser jornalístico, mas é feito de uma forma mais branda, mais leve e mais objetiva.”

Um novo olhar para o território

Mesmo morando em Salsa & Merengue há 20 anos, Simone Lauar, que é quem escreve e faz as publicações, não se sentia parte da favela. Anos depois, terminando o Ensino Médio no Colégio Estadual César Pernetta, localizado no Par-

que União, assistiu a uma palestra sobre comunicação, que despertou em Simone interesse pela área de comunicação. E foi essa ferramenta que abriu seus olhos para a importância e a riqueza do lugar onde já morava há anos.

Como foi voluntária num jornal comunitário durante 4 anos, mas sentia que precisava de um espaço onde pudesse falar de outros assuntos que considerava relevantes para o público. Foi quando resolveu criar o “Garotas da Maré”, que é, como diz em sua página: “notícias pelos olhos de garotas mareenses”.

Marielle plantou semente

Cheguei a conhecer a Marielle e não falo que sou semente dela à toa, só para parecer bonito. Tive a oportunidade de ouvi-la. Ela realmente ampliou minha visão para muitas coisas, em relação à política, à favela. Eu achava que morar aqui era um castigo, mas ela me fez perceber que a favela, na verdade, me enriquecia muito. Ela é minha maior inspiração, eu aprendi com ela muito do que sei”, disse Simone.

As donas do *blog* fazem questão de sempre incentivar a leitura e a busca por conhecimento: “Se nós temos o País que temos hoje, é porque as pessoas não estão sintonizadas principalmente com a história, com o passado. Um exemplo disso é quando as pessoas exaltam a ditadura e pedem sua volta. Meu avô foi perseguido na época da ditadura militar, ele era sambista, e ser sambista naquela época era sinônimo de ser vagabundo.”

Simone pretende estudar comunicação e fazer cursos na área,



Simone Lauar, uma das fundadoras do Garotas da Maré

pois tudo o que aprendeu até então foi praticando a profissão. Entretanto, os planos de estudo não param por aí. A comunicadora pretende cursar Ciência Política, o que também pode servir como embasamento para seus conteúdos de opinião. Descendente de família mineira e de mulheres cozinheiras, Simone quer ainda se aperfeiçoar na culinária, com uma faculdade de gastronomia, área em que já trabalha fazendo quinzenas vegetarianas e veganas que entrega dentro e fora da Maré a preços acessíveis.

E, aos poucos, o objetivo de informar - especialmente o público feminino - das Garotas da Maré vem se cumprindo. Mulheres da família, amigas e vizinhas já comentam com Simone e Anna que suas publicações as levaram a questionar, pesquisar e buscar respostas. Daqui pra frente, é fazer o público crescer ainda mais.

Siga e acompanhe os conteúdos das Garotas da Maré em seus canais de comunicação

@garotasmare

@GarotasdaMare

Siga o serviço de culinária vegetariana da Simone Lauar no Instagram: @laurahome

Mulheres em luta

Mulheres mães que tiveram seus caminhos atravessados por falhas políticas de Segurança Pública contam suas histórias sobre como resistem e dão novos rumos às suas vidas

FLÁVIA VELOSO E MIRIAM KRENZINGER

Nos últimos 20 anos a cidade do Rio de Janeiro vem sendo palco de vários movimentos e coletivos de mulheres - mães e familiares moradores de favelas e da periferia - que se organizam na luta diária pelo acesso à justiça, à reparação e ao direito de preservarem a memória dos entes queridos que foram brutalmente feridos ou mortos em decorrência dos confrontos entre grupos armados - policiais, milícias e traficantes.

Frente à ausência de apoio das instituições governamentais, de reconhecimento das violações e dos danos causados por agentes do Estado, algumas mulheres-mães têm se articulado para fortalecer a forma de lidar com as dores e os sofrimentos gerados pela violência institucional e violência das armas. Alguns desses grupos resistem há anos e servem de exemplos para outras mães e mulheres, como o Mães de Mangueiros, Movimento Moleque, Mães de Maio (SP), Mães da Maré, entre diversos outros coletivos que seguem na mesma luta.

Resistência e luta

E muitas mulheres, como Bruna e Mônica, (depoimentos em destaque) que lutam por memória, respeito e reparação, encontram diversas barreiras institucionais e resistências por parte dos agentes do Estado para acessarem a Justiça e o sistema de garantias individuais e sociais. Além do medo de se exporem, o descrédito nos órgãos da Justiça decorre, principalmente, da total falta de transparência das informações e de providências efetivas que poderiam/deveriam elucidar as violências

sofridas por seus familiares.

Nesse cenário, destaca-se o projeto de Olho da Maré, uma iniciativa do eixo de “Segurança Pública e Acesso à Justiça” da Redes, que busca sistematizar dados sobre os confrontos bélicos que envolveram grupos armados e forças policiais. As informações são publicadas anualmente desde 2017 no Boletim “Direito à Segurança Pública na Maré”. O monitoramento busca dar visibilidade ao conjunto de violações de direitos fundamentais sofridas pelos moradores das 16 favelas do Complexo da Maré para, a partir disso, subsidiar o movimento das mulheres mães do Conjunto de Favelas da Maré, vítimas do Estado, bem como, pensar a implementação de políticas públicas que tenham como prioridade garantir da vida da população.

Vítimas de violações

Os dados publicados nas quatro edições do Boletim, entre 2017 e 2020, revelam um quadro dramático sobre a violência armada e

institucional que atinge nossos/as moradores/as: 132 pessoas foram mortas, 121 feridas. Nossas crianças ficaram 89 dias sem acesso às escolas e mais de 60 mil atendimentos deixaram de ser prestados nos 101 dias em que as unidades de saúde ficaram fechadas. Somente em 2019, houve 117 dias de tiroteios em diferentes partes da Maré, englobando os que ocorreram durante operações policiais ou em ações das redes ilícitas e criminosas.

As vítimas de letalidade violenta são, em maioria, jovens pardos e negros, representando 94% dos casos. Esta informação está diretamente relacionada ao sofrimento de mães e mulheres familiares que perderam filhos, netos, irmãos ou maridos, num contexto em que não há garantia, mínima, do acesso à justiça e ao direito à segurança.

A luta ainda é delas

E vale ressaltar que, mesmo nos casos de violações de direitos cometidas contra homens, geralmente, são as mulheres que buscam acolhimento e orientação psicossocial e jurídica junto ao projeto **Maré de Direitos** da Redes da Maré. Quando olhamos, ainda, para outras formas de notificações sobre violações de direitos fundamentais, identifica-se que as mulheres registraram 58% das ocorrências.

Os dados, assim como os depoimentos demonstram a relevância dos movimentos das Mulheres-familiares-Mães que ao criarem espaços de partilha de trajetórias singulares, que ao mesmo tempo são muito similares, sensibilizam outras mulheres a aderirem às suas lutas por mais justiça. De

MARÉ DE DIREITOS
Conheça os pontos de atendimento da Redes da Maré que oferecem orientação sociojurídica gratuita com profissionais do serviço social e do direito

CASA DAS MULHERES	
Sábados das 9h às 13h	Casa das Mulheres Rua da Paz, nº 42 Parque União
ESPAÇO DE REFERÊNCIA SOBRE DROGAS	
Quartas das 14h às 16h	Espaço Normal Rua das Rosas, nº 54 Nova Holanda
ACESSO À JUSTIÇA	
Quartas das 9h às 12h *Quinzenalmente*	Lona da Maré Rua Evanildo Alves, S/N Nova Maré
Quartas das 14h às 17h	Redes da Maré Via A1 Vila dos Pinheiros
Sextas das 9h às 13h	Redes da Maré Rua Sargento Silva Nunes, 1012 Nova Holanda

forma coletiva, as mulheres unidas ficam mais fortalecidas para fazerem os registros e denúncias das violências sofridas (por familiares) e do genocídio, em curso, de jovens moradores da Maré. As três narrativas indicam o quanto o território dominado pelo confronto das armas, que fere e deixa marcas permanentes nos seus locais de moradia e nas suas famílias, pode ser também o território da solidariedade, da ajuda mútua, da convivência acolhedora que possibilita reviver a presença de

quem partiu gerando memória, respeito e também fortalecimento para si. Segundo **Bruna Silva**, “juntas somos mais fortes. Não merecemos o fim que nossos filhos tiveram. Merecemos viver com dignidade. Todas as vidas importam - isso é pelo que a gente briga”.

E é, justamente, por meio da troca de afetos com outras mulheres que também passaram pela mesma situação, que Mônica consegue se fortalecer: “O que te faz não enlouquecer de vez, não

se internar dentro de casa, não se suicidar ou se deixar morrer, é a companhia das outras, a força das outras que têm a mesma dor que você, que passam pelas mesmas violações. Essa troca me ajuda a equilibrar minha saúde mental, me faz pensar que eu posso de alguma forma continuar a viver. Você pode passar um batom, fazer as unhas, o cabelo, pode sorrir, sair para dançar, ter um relacionamento, pode viver, ter momentos felizes, mesmo com essa dor”, observa Mônica.

OS TRÊS DEPOIMENTOS A SEGUIR DE MULHERES QUE TIVERAM FILHOS VITIMADOS PELA VIOLÊNCIA DO ESTADO ILUSTRAM SUAS DORES E SUAS LUTAS.

Sete meses sem conseguir atendimento médico

Laurizete Pereira dos Santos há mais de sete meses tenta fazer com que seu filho consiga tratamento médico. Tudo começou em julho de 2019 quando Isaac foi ferido por uma bala, durante uma operação policial na Baixa do Sapateiro, na Maré, que atingiu sua coluna e o sistema digestivo, fazendo com que ele perdesse força das pernas e abrindo um grande ferimento na barriga. Isaac teve o sistema digestivo operado e ficou internado por duas semanas no Hospital Evandro Freire. Desde então, o rapaz vem sendo tratado em casa por Laurizete. Os cuidados da mãe conseguiram que o ferimento fosse cicatrizado, mas a recuperação de Isaac parece ainda distante. Impossibilitado de andar, fazer esforços e com o sistema digestivo lesionado internamente, Laurizete vive para cuidar do filho: “Depois que isso aconteceu com ele, fiquei três meses com os hormônios desregulados por causa do estresse. E minha luta tem sido sozinha, porque o pai e o irmão dele saem para trabalhar. Nossa vida mudou. Eu passo madrugadas acordada com ele, porque muitas vezes não consegue dormir. Meu sono vem, mas eu preciso estar ali cuidando dele”. (Laurizete Pereira dos Santos, moradora do Parque Maré)



Todas as vidas importam

Bruna Silva, em 2018, perdeu seu filho Marcos Vinícius, de 14 anos, durante uma operação policial na Maré. O garoto estava a caminho da escola, quando foi alvejado por um tiro disparado por um agente da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE). O caso repercutiu nas mídias e a mãe de Marcos Vinícius decidiu não se calar, iniciando uma trajetória de trabalhos e ações na área da Segurança Pública.



Bruna escolheu a luta também para preservar a memória do filho, junto a uma rede de apoio com outras mães e mulheres: “A gente se enterra em casa quando enterra um filho, automaticamente a gente morre com ele. Mas eu digo que é preciso que a gente viva, resista. A maneira que eu encontrei de não adoecer foi dando suporte a essas mães que passam pela mesma situação”. (Bruna Silva, ativista do Coletivo Mães da Maré)

“Primeiro você destrói o humano, para depois justificar o corpo no chão”

Rafael da Silva Cunha tinha 15 anos quando foi apreendido pela polícia e levado à 4ª Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), na Avenida Presidente Vargas, por ter cometido um ato infracional. Rafael foi condenado a cumprir medidas socioeducativas no Centro de Socioeducação Dom Bosco na Ilha do Governador. Foi nesse momento que a luta de sua mãe, Mônica Cunha, começou. Após a primeira entrada, Rafael passou mais três vezes pelo sistema socioeducativo do Estado. Aos 20 anos, Rafael foi morto pela polícia quando já estava rendido. Nessa época, Mônica decidiu criar uma rede informativa com o objetivo de conscientizar outras mães sobre os direitos de seus filhos menores de idade em conflito com a lei. Assim nasceu o Movimento Moleque, que existe até hoje. (Mônica Cunha, líder do Movimento Moleque)



A intensidade do “maternar” periférico



JÉSSICA PIRES

Recente mãe da Mariá, comunicadora popular e jornalista do Maré de Notícias.

Que a maternidade é uma das experiências mais intensas que uma mulher pode viver, é fácil imaginar. Mas a intensidade e os desafios que uma mulher periférica experimenta ao decidir viver essa relação são muitos. E nem tenho a pretensão de, aqui, dizer quais são todos eles, porque para começar, como qualquer outra relação, aprendi que cada história de mãe é especialmente única.

Poderíamos começar falando sobre como a sociedade naturaliza a quase total responsabilidade da criação para as mães, e isso vai muito além da questão da natureza humana de gestar, amamentar... Durante todo este processo e quando o bebê chega, as responsabilidades estão em diversos âmbitos e os impactos para a vida da mãe são muitos e, decididamente, diferentes daqueles que um homem passa. O cansaço e a responsabilidade são físicos, emocionais e mentais. Dizer que isso não é igual para os genitores, mesmo quando estão dispostos a tentar, já me parece redundante.

Sobre qual aspecto podemos chamar mais a atenção, ressalto que é como todo esse universo

de novidades atravessa as mães periféricas e faveladas. Se numa relação na qual existem privilégios como uma licença maternidade considerável, carga horária flexível para retorno ao trabalho, vagas suficientes em creches e acesso à informação, isso tudo é intenso, imagine para quem conta, muitas vezes, com apenas uma outra mulher?

De acordo com os dados do Censo Populacional da Maré, começamos pela declaração da maternidade, que é mais expressiva que a paternidade. Outro dado que chama a atenção é que, entre as pessoas que são consideradas responsáveis pelos domicílios na Maré, 30,3% são mulheres maiores de 15 anos. Além de 19,1% que o fazem de forma compartilhada. Isso quer dizer que, praticamente a metade das mulheres com 15 anos ou mais, é a pessoa responsável por domicílios na Maré. E considerável parte delas também são mães.

Quando se tem um vínculo empregatício formal, a mulher tem direito a, pelo menos, quatro meses de licença-maternidade garantida. A licença-maternidade surgiu no Brasil em 1943 com a CLT, inicialmente com um tempo ainda menor e com o pagamento sendo feito pela própria empregada. Na Constituição Federal de 1988, passamos a ter a garantia de 120 dias (quatro meses). Em contraponto, a mesma Constituição define uma licença-paternidade de cinco dias. Ou seja, o desequilíbrio é constitucional.

E esse é o cenário de relações de trabalho formais,

regulamentadas pela CLT. Quando essa não é a realidade, a mulher muitas vezes conta com outras mulheres para poder voltar à sua rotina de trabalho - o que acontece com muita frequência na Maré. São às avós, vizinhas, amigas ou cuidadoras remuneradas que dão conta de dedicar a atenção aos bebês, bem antes do que seria ideal ou recomendado.

O retorno à rotina de trabalho precoce também envolve uma questão delicada e importante até mesmo para a saúde pública: muitas mães acabam deixando de amamentar mais cedo que o recomendado. A Organização Mundial da Saúde recomenda o aleitamento exclusivo até os seis meses e, segundo estudos, também da OMS, a amamentação quase universal poderia salvar mais de 800 mil vidas, anualmente, sendo a maioria de crianças com menos de seis meses de vida, além do custo alto

que representa a inclusão de fórmulas para alternativas ao leite materno no orçamento dessas mães.

Apesar de a Prefeitura do Rio afirmar ser uma de suas prioridades o aumento do número de vagas em creches públicas, não é a realidade que se vê na prática. Detalhe é que uma das metas do Plano Nacional de Educação (em vigência desde 25/06/2014 e estabelece diretrizes, metas e estratégias para os próximos 10 anos da Educação brasileira) é universalizar a Educação Infantil na Pré-escola.

O fato é que a mulher periférica atravessa, de forma muito mais intensa, os desafios gigantes e nada românticos nesta trajetória. E apesar de ser ela, sermos nós, literalmente, geradoras da base da sociedade, a escolha de se ter condições, políticas públicas ou iniciativas privadas para fortalecer esse processo, definitivamente, não é nossa.

Na Coreia do Sul, os homens têm direito de tirar até 52 semanas de licença, apesar de, de acordo com a Revista Forbes, apenas 2% fazerem uso desse período. Já na Suécia, 90% dos homens fazem uso integral das 10 semanas de licença a que têm direito.

Apesar da licença-maternidade no Brasil ser considerada curta, só 34 países cumprem a recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de conceder, ao menos, 14 semanas de licença à mãe, com remuneração não inferior a dois terços dos seus ganhos mensais no trabalho.

A Croácia é um dos países que concedem maior tempo de licença maternidade, de 410 dias.



A próxima Roda de Gestantes gratuita da Maré será no próximo dia 15 de março, às 15h30. O objetivo é a troca de informações acerca de temas sobre gestação e maternidade, relatos, dúvidas e conversas. O Espaço Casulo fica na Av. Guilherme Maxwell, 79 - 2º andar (Rua da Passarela 7, em cima da academia).

“Me ensinaram que éramos insuficientes. Discordei. Pra ser ouvida, o grito tem que ser potente.” (Mc Carol e Karol Conka)



ANDREZA JORGE

"Cria" da Maré, Mestre em Relações Étnico-Raciais e Coordenadora da Casa da Mulheres da Maré.

No dia 8 de março se comemora o Dia Internacional da Mulher, uma data-símbolo para a luta das mulheres. A data faz parte do calendário de mais de 100 países, sendo nomeada de “dia internacional” pelas Nações Unidas, com o propósito de lembrar as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres, independentemente de divisões nacionais, culturais, econômicas ou políticas. Esta data, que tem como objetivo pensar na especificidade do ser mulher, ao se “internacionalizar” pode nos conduzir a um equívoco muito corriqueiro: a universalização da categoria *mulher*.

Pensar sobre o que significa “ser mulher” é um exercício que precisa ser praticado sobre olhares muito diversos. Todas nós partilhamos algo concreto que é a afirmação de gênero, sendo cis ou trans, uma mulher que se afirma como mulher deve

ser respeitada sobre esse posicionamento, porém existem muitos marcadores que nos colocam em diferentes lugares nessa sociedade: o que significa em uma sociedade estruturalmente racista ser uma mulher negra? O que significa em uma sociedade estruturalmente cisheteronormativa* ser uma mulher trans? O que significa em uma sociedade estruturalmente desigual, dividida em classes sociais, ser uma mulher favelada? A partir desses questionamentos é possível refletir acerca de alguns desafios postos para nós, mulheres, entendendo que não estar diretamente implicada em alguma dessas causas não nos isenta do compromisso político e, principalmente de empatia e escuta aberta, para a construção de um mundo possível para todas as mulheres. Ser mulher e ser favela!

No Censo realizado no conjunto de favelas da Maré (2019), temos o dado de que a população feminina no território é de 51%, se unirmos esse dado ao pensamento da autora norte-americana Angela Davis (2016), que afirma que “raça, classe e gênero entrelaçados, juntos, criam diferentes tipos de opressão. Classe informa a raça; raça informa a classe.” Ao dizer que classe informa a raça e raça

informa a classe, estamos falando sobre uma realidade de mulheres negras que ocupam as classes mais baixas na sociedade, ou seja, com essa infortunação temos um retrato sobre a maioria das mulheres faveladas.

Com isso, muitos desafios nos colocam em diferentes pontos de partida do que é “ser mulher”; a partir do meu ponto de vista sendo uma mulher negra, da Maré, mãe, trabalhadora e estudante, consigo vislumbrar que muitos avanços foram realizados em favor das mulheres, mas ainda precisamos continuar a lutar por direitos básicos de existência.

Se há alguns anos, aqui, na Maré, tínhamos uma urgência atrelada à sobrevivência para se obter garantias mínimas (como água e luz), a nossa resposta sempre foi uma luta feminina e um protagonismo visível para o avanço dessas condições locais, hoje, temos um foco na garantia do direito à Segurança Pública e no desejo de enfrentar normas rígidas de gênero, que nos impediram de realizar sonhos pessoais que não estejam necessariamente relacionados ao que se espera de uma mulher na sociedade. Queremos acessar direitos, queremos que nossos filhos não sejam vistos como alvo de

um sistema falho de segurança, queremos ter o direito de ir e vir, queremos ter o direito de trabalhar e estudar, queremos ter direitos de sonhar e realizar sonhos.

Neste Dia Internacional da Mulher, o meu desejo é que todas as mulheres possam ter a chance de refletir sobre suas próprias vidas e tenham suas histórias e experiências respeitadas, como parte de uma construção coletiva, cujo objetivo maior é seguir produzindo um legado para as mulheres que ainda virão... Na Maré, eu desejo que todas as mulheres possam conhecer e se orgulhar das histórias de mulheres que construíram e constroem esse lugar, se orgulhar da trajetória destas mulheres que fazem parte da sua linhagem familiar, suas bisavós, suas avós e mães e tias, entendendo o quanto mais desafiador era ser mulher em outros tempos e, somente assim, unirmos forças para alcançar um objetivo comum: uma vida cheia de realizações para todas as mulheres da Maré!

* Cisgênero (Cis) é o termo utilizado para se referir ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o seu “gênero de nascença”. No âmbito dos estudos relacionados ao gênero humano, o cisgênero é a oposição do transgênero (Trans), pois este último se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído quando nasceu. [Conforme <https://www.significados.com.br/>]

Absolvição unânime: impunidade

Tribunal militar absolve cabo que deixou morador da Maré paraplégico

HÉLIO EUCLIDES, THATHIANA GURGEL E DANI MOURA

“**A**cordo e durmo pensando no que aconteceu naquele dia, pensando que eu tô vivo hoje e que, em fevereiro, poderiam ser cinco anos de luto, ao invés de cinco anos de luta.” **Vitor Santiago Borges** teve sua vida transformada pelo Estado brasileiro, quando estava com 29 anos, no conjunto de favelas da Maré, Zona Norte do Rio, onde nasceu e cresceu.

O caso aconteceu durante a ocupação militar quando Vitor voltava para casa com quatro amigos, após a comemoração de uma partida de futebol. O carro em que ele estava foi alvejado pelos militares. Cinco anos depois da noite do crime, o cabo do Exército Diego Neitzke, que atirou contra Vitor deixando-o paraplégico e com uma perna amputada, foi absolvido por unanimidade.

Legítima defesa imaginária

Inicialmente, o Ministério Público Militar denunciou o cabo por lesão corporal gravíssima contra Vitor e lesão corporal leve contra seus amigos que estavam no carro, mas depois sugeriu suavizar a pena. O promotor militar alegou que o soldado agiu em “legítima defesa imaginária” e que ele deveria ser absolvido da acusação de lesão corporal gravíssima. O conceito faz parte das propostas de lei enviadas pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso, com o objetivo de aumentar as circunstâncias em que militares podem matar sem serem punidos, mesmo nos casos que tramitam na Justiça comum.



Vitor Santiago enquanto aguarda início de julgamento

HÉLIO EUCLIDES



Após cinco anos do crime, o caso de Vitor Santiago foi julgado no Ministério Público Militar, na Ilha do Governador

Vitor conta que não sabe o que é legítima defesa imaginária, mas que após a noite do crime, nada do que aconteceu em sua vida é imaginário: “Eu vivo na carne, eu vivo na pele, tudo o que aconteceu naquele dia, naquele 12 de fevereiro de 2015. Se esse cabo for absolvido, os casos daqui para frente podem até piorar. Isso dá brecha para militar entrar aqui, polícia entrar aqui e fazer o que quiser, a hora que quiser e se esconder atrás da lei.”

No caso de Vitor, o cabo agiu amparado no chamado “excludente de ilicitude”, que não configura crime uma ação, mesmo que fatal. Mesmo sem ter sido aprovado no Congresso ainda, o projeto já é colocado em prática: desde 2010, nenhum militar foi condenado por morte ou lesão em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Desde o final de 2017, os membros das Forças Armadas que cometeram crimes passaram a ser julgados pela Justiça Militar. E foi nela que o cabo, que deixou Vitor paraplégico, foi absolvido por unanimidade.

A decisão — tomada em conjunto por quatro oficiais militares e pela juíza federal Marilena Bittencourt, da 4ª Auditoria do Fórum de Justiça Militar do Rio — seguiu posiciona-

mento do Ministério Público Militar (MPM), que havia pedido a absolvição do cabo. O promotor **Otávio Bravo** defendeu a inocência de Neitzke, com base na teoria da legítima defesa putativa, ou seja, o militar atirou, porque imaginou que estava sob risco.

Aos 34 anos, Vitor afirma que não foi um acidente e que o crime se enquadrava em tentativa de homicídio: “Eu não estava na hora errada e no lugar errado. Simplesmente abriram fogo contra o carro e é um absurdo uma pessoa dessas ficar livre, enquanto eu tô preso nas minhas limitações para o resto da vida. No final das contas, eu fui alvejado e tive a vida modificada completamente por quem deveria ter trazido segurança pra cá, por quem um dia eu confiei, mas parece que Segurança Pública e Inteligência não cabem na mesma frase...”, declarou Vitor, que ficou 98 dias internado no hospital e teve uma perna amputada, além de estar paraplégico.

Os militares alegaram que o carro em que Vitor estava não parou e não obedeceu aos sinais de alerta dos militares. O motorista, amigo de Vitor, foi denunciado por desobediência. “Os militares dizem que estavam à vista, mas se encontravam

abrigados. Os civis vinham de jogo, sem armas, e já tinham parado na entrada da favela. Não viram o sinal dos militares e podiam estar distraídos. Também não acredito que o carro iria para o lado esquerdo, para cima da tropa”, comenta o promotor.

O promotor ainda citou que o cabo portava um fuzil 762, no módulo automático, que dispara 10 tiros por segundo. “Nem sabemos, ao certo, quantos tiros foram disparados, pois não teve perícia no local”, explica. Ele referiu que o acusado deu a justificativa de legítima defesa, mas que não houve agressão eminente. “O cabo não deve ser punido, pois foi legítima defesa imaginária. O militar cometeu um erro, prova disso é o Vitor quem mostra. Tomei a decisão de pedir a absolvição, o que é uma injustiça

para Vitor. A minha posição você, Vitor, vai entender, pode não aceitar. Peço a absolvição pela minha consciência de que foi uma política de segurança incompetente”, expõe. Para Otávio, os militares não tiveram treinamento policial, já que soldado é treinado para a guerra.

Cláudio José, advogado de defesa do cabo, também alegou legítima defesa: “Quem luta pela Segurança não pode ser acusado de crime”, disse. Ele acrescentou que o Estado reconhece a falha operacional, com uma indenização, que o pedido de perdão vai vir no campo civil. Por fim, Marilena Bittencourt, juíza da Justiça Federal, disse não existir prova suficiente para a condenação, lamentou a tragédia ocorrida e afirmou que nem sempre a Justiça atinge a todos.

Se perde a batalha, mas não a guerra

Vitor Santiago, que acompanhou na primeira fila o julgamento, estava contrariado com o resultado. “Foi corporativismo militar, passaram a mão na cabeça. Eu que estou preso, quando desejo subir um degrau ou na dificuldade de tomar um simples banho. A Justiça é para os poderosos. O que eu sei é que não estava no lugar errado, nem na hora errada, mas perdi minha perna”, comenta.

Irone Santiago, sua mãe, também estava presente e mencionou que a tragédia já resultou em dois aneurismas cerebrais. “Tinha de ser julgado na Justiça comum. O resultado foi: quem pagou foi o meu filho, que ficou paraplégico”, resume.

Vitor segue aguardando a sentença sobre sua ação indenizatória e sua defesa pede à União casa e carro adaptados; compensação por danos morais e esté-

ticos; a continuidade da pensão por invalidez e do fornecimento de materiais médicos, que ele já recebe em tutela de emergência. Mas para ele a indenização não é suficiente. “Queria a condenação, para servir de exemplo para outros casos. O cabo fez parte do fato, não foi um erro mecânico. Volto chateado e com o sentimento de ausência de uma Justiça justa para todos”, avalia. Vitor é pai de uma menina de 7 anos.

Vitor conheceu a Redes da Maré, por meio do projeto Maré de Direitos, que presta acolhimento sociojurídico para os moradores vítimas de violações de direitos e busca encaminhar e acompanhar essas pessoas no acesso à Justiça e a outros direitos. No caso de Vitor, a Redes acompanha desde o início, dando suporte, acolhimento sociojurídico e articulando com a rede de saúde para que seu processo de reabilitação seja feito.



DOUGLAS LOPES

RELEMBRE O CASO

Na noite do dia 12 de fevereiro de 2015, Vitor tinha acabado de assistir ao jogo do Flamengo na Vila do João com mais quatro amigos e estava voltando para casa, de carro, na Vila do Pinheiro, também na Maré, quando o veículo foi alvejado por seis tiros de fuzil pelo Exército. Aos 29 anos, ele foi atingido por dois tiros: um na coluna, deixando-o paraplégico, e o outro atingiu a perna direita e saiu na esquerda, resultando em sua amputação e mais 98 dias de internação no hospital, 10 dias em coma, internações em CTIs, fisioterapia respiratória, motora, hemodiálise, transfusão de sangue e cirurgia no pulmão.

O carro de Vitor foi fuzilado durante a ocupação das Forças Armadas na Maré, em 2015. As tropas ocuparam o conjunto de favelas de abril de 2014 a junho de 2015. Por dia, foram gastos 1,2 milhão de reais, totalizando quase R\$600 milhões em 15 meses. Segundo pesquisa da Redes da Maré sobre o período de ocupação do Exército, a sensação de insegurança continuou para 69,2% dos moradores entrevistados.

Um charme de baile na Maré

Dez anos de muita música e dança na festa da *black music*



HÉLIO EUCLIDES

Todo 3º domingo do mês organizadores do baile recebem apreciadores do charme

VIVIANE COUTO

Charme e *funk* são ritmos que nascem nas favelas cariocas. Mas qual a diferença entre o charme e o *funk*? Em 1994, os DJs Markinhos e Dollores tentaram responder com o *Rap da Diferença*, dizendo que: “Um anda bonito e o outro, elegante”. A resposta faz sentido para os praticantes do charme, um ritmo menos acelerado, mais “suinado”, cadenciado, que tem muita sensualidade. Na Maré, todo 3º domingo do mês, um grupo de amigos proporciona um espaço de charme para quem deseja aproveitar a música e remexer o corpo.

O Baile Charme Amigos da *Black Music* Maré começou há dez anos como uma brincadeira. Hoje, são 13 amigos, sendo 10 mulheres, que organizam o evento que tem 12 edições por ano. **Sônia Cristina da Silva**, de 53 anos, e **Marlene Pereira**, de 56 anos, são algumas dessas amigas que idealizaram o evento. “Começamos visitando outros bailes e pensamos em realizar algo aqui. Com o tempo, o

número de frequentadores foi crescendo e, hoje, já ultrapassa 100 pessoas por edição”, comenta Marlene.

O grande apoio que o grupo recebe vêm dos comerciantes, que cedem suas frentes de lojas, e o Bar do Jonatas, que patrocina o som. “Não temos fins lucrativos, o evento é realizado com amor. O nosso objetivo é manter a *black music* viva, mostrar para a comunidade que existe charme na Maré”, diz Sônia. Ela acrescenta que um dos diferenciais do baile é o ambiente familiar, sem brigas. O espaço é enfeitado com discos de vinil, forro nas paredes, *banners*, muitas luzes, mesas e cadeiras.

O baile recebe diversos dançarinos que fazem apresentações coreografadas e *disc jockeys*, popularmente conhecidos como DJs, que assumem as *pick-ups* gratuitamente. A anfitriã é **Maristela Ferreira**, de 55 anos, a DJ Telinha do Charme, a única profissional feminina, que faz parte desde os primeiros passos. “Come-

çamos com três caixinhas e não imaginávamos que íamos chegar a fazer um evento mensal. Posso dizer que isso é nossa vida”, conta. O baile é feito para qualquer idade, mas a maioria dos frequentadores tem acima de 40 anos.

O baile já ficou famoso, com frequentadores de fora da favela, todos atrás do charme da Maré. “Já frequento há quatro anos, pois essa festa é maravilhosa, um encontro de amigos que gostam da *black music*”, conta **Nete Caldas**, de 54 anos, moradora da Vila do Penha. O clima de amizade é tamanho, que o evento já virou espaço de comemoração de aniversário de frequentadores. “É um encontro de amigos para bate-papo e de apaixonados pelo charme. O baile é uma terapia”, resume Sônia. Pelo objetivo de trazer qualidade de música para a favela, o grupo já recebeu duas moções

[“Moção” é a proposição pela qual o vereador expressa seu louvor, congratulação] da Câmara Municipal.

O começo do puro charme

O termo “charme” foi criado no Rio de Janeiro, em março de 1980. Em um baile no Bairro do Méier, o DJ Corello convidou: “Chegou a hora do charminho, transe seu corpo bem devagarinho”. As pessoas passaram a falar: “Agora vou ouvir um charme.” O baile charme consiste num movimento popular cultural que propõe uma reinvenção da identidade cultural negra, expressada por meio das danças, da música e do respeito ao próximo. Nestes bailes, os frequentadores primam pelo estilo elegante de suas roupas e é nítida a diferença entre a faixa etária de seus frequentadores, tradicionalmente chamados de “cas-cudos”.

O Baile Charme Amigos da *Black Music* Maré acontece todo 3º domingo do mês, das 16h à meia-noite. O espaço para dança fica na Rua Teixeira Ribeiro, 575 (em frente ao Sindicato do Sono), no Parque Maré.



HÉLIO EUCLIDES



DJ Telinha do Charme comanda o som do Baile Charme Amigos da *Black Music*

NA MARÉ

Piscinão de Ramos

A piscina possui 26.414 metros quadrados, revestidos com uma camada de polietileno e com capacidade para 30 milhões de litros de água. Um espaço que encanta os pequenos.

Local - Avenida Guanabara, s/nº - Praia de Ramos.

Parque Ecológico da Maré

Uma grande área verde da favela, é considerado por alguns o pulmão da Maré. Espaço para caminhada, prática de esportes e lazer.

Local - Via A/2, Vila dos Pinheiros.

Principal da Vila

Quarta - DJ tocando todos os ritmos

sexta - pagode

sábado - baile

domingo - forró e sertanejo

Local - Bar do Grande e do Moraes

Rua Quatorze, em frente à Associação de Moradores da Vila do João.

Forroço do Cleiton e Dentinho

Quando - Toda sexta, a partir das 23h

Local - Próximo à Passarela 11.

Escola Libertária de Artes (ELA)

Uma escola de artes itinerante, que dispõe seus materiais artísticos para livre criação dos participantes.

Quando - Todos os sábados, das 10h30 às 12h30

Local - Kombi no Parque Ecológico da Maré.

Público-alvo - Todas as idades

Lona Cultural Herbert Vianna

Rua Ivanildo Alves, s/nº - Maré

As programações são gratuitas.

Espaço de Leitura Jorge Amado

O acervo, constantemente atualizado, atende a faixas etárias distintas,

com obras de literatura brasileira e de várias áreas do conhecimento.

Horário - aberto de segunda a sexta, das 13h às 19h

Projeto Nenhum a Menos

Contribui para a melhoria das aprendizagens formais de crianças que enfrentam dificuldades de leitura e escrita.

Quando - segunda a sexta, das 15h às 18h

Público-alvo - crianças e adolescentes de 6 aos 15 anos

Biblioteca Popular Escritor Lima Barreto

Atende à demanda de jovens e adultos de um lugar para leitura, pesquisa e estudo.

Quando - segunda a sexta

Horário - 9h às 21h

Local - Rua Sargento Silva Nunes, 1.008 - 2º andar - Nova Holanda

Sala de Leitura Maria Clara Machado

Para o público infantil, leitura, contação de história, oficinas, material para desenho, pintura e uma variedade de brincadeiras e jogos.

Quando - segunda a sexta

Horário - 14h às 20h

Local - Rua Sargento Silva Nunes, 1.008 - Nova Holanda

Centro de Artes da Maré

Oferece uma intensa programação de eventos artísticos, culturais e sociopolíticos.

Quando - de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 9h às 13h

Local - Rua Bittencourt Sampaio, 181 - Nova Holanda

Lançamento do Maré a Céu Aberto

Vai ocorrer um cortejo pelos cinco pontos estratégicos da Maré: Praça do Parque União, Casa das Mulheres da Maré, Praça da Nova Holanda, Praça do 18 e Parque Ecológico da Maré. O objetivo do projeto é contar histórias e resgatar memórias da favela,

tendo uma intervenção de arte contemporânea nos espaços.

Quando - 19 de março, às 14h.

Local - Ponto de partida no Centro de Artes da Maré.

NA CIDADE

Instituto Moreira Sales

Tom Veloso canta Gilberto Gil.

Quando - 8 de março, às 17h.

Local - Rua Marquês de São Vicente, 476, Gávea.

Entrada franca - mediante lotação por ordem de chegada.

Pôr do sol na Praia do Arpoador

A Pedra do Arpoador parece ter sido criada propositadamente para servir de camarote. Quando o sol vai embora, muitas vezes rola uma musiquinha ao ar livre ou apresentações de artistas de rua.

Local - No fim da Praia de Ipanema.

Real Gabinete Português de Leitura

O prédio, construído na década de 1880, abriga uma coleção de literatura portuguesa com milhares de obras espalhadas por três andares.

Quando - de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

Local - Rua Luís de Camões, 30 - Centro.

Entrada Franca

Parque Madureira

É um parque com mais de 3 km de extensão, que

conta com quadras de vôlei, basquete e futebol, além de um campo de grama sintética, espaço com fontes, riachos, quiosques, pista de skate, pomar e brinquedos.

Local - Rua Soares Caldeira, 115 - Madureira.

Entrada Franca

Parque Radical de Deodoro

O parque conta com lago artificial com três níveis de profundidade - 1,95 m; 1,20 m e 0,45 m -, além de chuveiros, espreguiçadeiras, mesas, cadeiras, guarda-sóis e banheiros químicos.

Quando - Aberto aos domingos, das 9h às 16h.

(domingo), às 14h

Local - Estrada Marechal Alencastro, 1357 - Ricardo de Albuquerque.

Entrada Franca

Memorial do Ensino de Ciências

O acervo reúne livros e revistas científicas, coleções de plantas, animais, rochas, minerais e material experimental.

Quando - quartas-feiras, das 10h às 17h.

Local - Rua São Francisco Xavier, 524 - Pavilhão Haroldo Lisboa da Cunha ("Haroldinho"), sala 503 - campus da Uerj no Maracanã.

Agendamento e

informações: E-mail:

memorialciencias@gmail.com e telefone: (21) 99775-2265.

Que cidade queremos?

A Redes da Maré e a Fiocruz irão realizar um café da tarde para pensar a cidade que queremos. A iniciativa é um dos encontros preparatórios para o 27º Congresso Mundial de Arquitetura e Urbanismo que será sediado no Rio de Janeiro esse ano

27 de março
15h30 às 19h

Local: Centro de Artes da Maré. Entrada Franca.



Delícias que cabem no bolso

Oficialmente, o verão termina em março, mas o calor carioca se estende o ano inteiro. E por que não aproveitar os dias ensolarados e ganhar dinheiro? A oportunidade é perfeita para fazer alguns “sacolés”, para se refrescar e vender na Maré!

SACOLÉ CREMOSO DE FRUTA

Ingredientes:

- 500 g de frutas a seu gosto
- 500 mL de leite de vaca
- 250 mL de água
- 1 lata ou caixa de leite condensado
- Saquinhas de plástico

Preparo:

1. Corte as frutas e misture com leite e água no liquidificador e bata bem.
2. Em seguida, adicione o leite condensado e volte a bater.
3. Coloque em saquinhos, deixando um espaço de dois dedos para dar um nó firme.
4. Caso as frutas escolhidas tenham muita água, como melancia e melão, não adicionar água na mistura.

CARNAVAL 2020

O Carnaval da Intendente Magalhães foi marcado pela divisão do Grupo B, de um lado a Liga Independente das Verdadeiras Raízes das Escolas de Samba (Livres), do outro a Liga Independente das Escolas de Samba do Brasil (Liesb). Antes do desfile ocorreu um acordo, que ambas teriam uma vaga no Grupo A. O problema é que na apuração da Liesb a Liga virou a mesa e anunciou duas escolas no Grupo A, Lins Imperial e Em Cima da Hora. A Livres promete entrar na Justiça para reivindicar a vaga da Tradição, que venceu com 269,8 pontos. A Siri de Ramos ficou em quarto lugar com 267,6 pontos.

HÉLIO EUCLIDES



Presidentes das escolas de samba com o mestre sala e porta-bandeira da campeã do Grupo B, Tradição

PICOLÉ

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Cruzadinha

Escreva o nome de cada definição nos quadradinhos.

	B			
		CONSOANTES DE RENA		P, Q, _, S, T, U
	D	O, P, Q, _, S, T		_ _ GRE
	C			
			NOEL	
6		CONSOANTES DE PANO		_ PAGADOR
				_ _ VORE
USAR MAQUIAGEM				

Solução

R	A	Q	U	M
V	A	R		
C	A	N	O	
P	E			
B	O	I	T	A
P	N	O	N	
A	O	S	E	I
L	C	A	R	
S	E	R	O	T
E				
V	I	T		
G	L	E	I	R
O				
L	R	N	T	
F	O	R	O	
C	M	B		

O MARÉ DE NOTÍCIAS TAMBÉM É SEU!

Envie suas sugestões de reportagem e colabore para o jornal que a Maré tem. Entre em contato pelo Zap:

(21) 97271-9410